ANO-2024/2025 (análise preliminar)

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE) FUNDAMENTADO NO PAINEL DE MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação (PEE) do Estado de Roraima abrange a consolidação dos dados referentes ao exercício de 2024 e apresenta, de forma complementar, análises preliminares de metas selecionadas para o exercício de 2025. O documento fundamenta-se nas diretrizes do Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), nos termos da Lei Federal nº 13.005/2014. Os dados utilizados são provenientes do referido painel do INEP (Painel Power BI) e refletem o acompanhamento oficial dos indicadores estabelecidos no ciclo de monitoramento das metas do PNE.

A análise contempla as 20 metas do PNE, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 1.008/2015, apresentando dados desagregados por faixa etária, dependência administrativa, área de residência, raça/cor e município. Diante disso, a presente série considera, para fins de análise do monitoramento, os dados do Painel de Monitoramento referentes ao ano de 2024, além de dados referenciais de anos anteriores, bem como dados preliminares de algumas metas do ano de 2025.

ANÁLISE E MONITORAMENTO

I - META 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, 50% (cinquenta por cento) de crianças com até 3 (três) anos, limitando-se à vigência do PNE.

INDICADOR 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche

ANÁLISE: Observa-se que, em 2024, a população de 4 a 5 anos é de 23.571 pessoas. Desse total, 21.222 frequentaram escola ou creche em Roraima, o que representa 90,0%. Embora a meta do Plano seja de 100%, Roraima figurou acima dos índices da média da Região Norte, que registrou 89,2% da população nessa faixa etária frequentando a escola. Ressalta-se que o atendimento à educação infantil é de responsabilidade dos Municípios.

Porém, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Educação e Desporto, apoia os entes municipais com a pactuação de convênios para auxiliá-los no fornecimento de alimentação escolar, apoio ao transporte escolar e, ainda, na oferta de formação continuada para os professores de todos os municípios do Estado, por meio do Centro de Formação de Professores (CEFORR).

INDICADOR 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequentam a escola/creche

ANÁLISE: Observa-se que a população de 0 a 3 anos é de 43.974 pessoas. Dessas, 11.246 frequentam escola ou creche, representando um percentual de 25,6%. Não obstante, assim como o Indicador 1A, esta oferta é de responsabilidade exclusiva dos Municípios. Importante salientar que os indicadores do Painel de Monitoramento apontam que o percentual de crianças no 4º quartil (ou seja, com renda familiar mais baixa) frequentando a escola/creche aumentou nessa faixa etária em relação às análises de anos anteriores.

II - META 2: **Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que o percentual mínimo de 95% (noventa e cinco) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.**

INDICADOR 2A: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada)

ANÁLISE: Primeiramente, cabe esclarecer que a Meta engloba o Ensino Fundamental – anos iniciais (1º ao 5º ano), que é de responsabilidade dos municípios, e o Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º ano). Ainda, é importante ressaltar que o Estado atende séries do Ensino Fundamental – anos iniciais em municípios que não têm condições de ofertar toda a etapa de ensino, sobretudo nas comunidades indígenas de difícil acesso. Quanto ao cumprimento da Meta, de um total de 110.571 pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos, o Estado atendeu 105.108, correspondente a um percentual de 95,1%. Ressaltamos, para fins de registro, que embora a Meta estabeleça 100% dos estudantes frequentando a escola, esse percentual aumentou em relação à análise anterior. Ademais, ao analisar o cenário nacional, observa-se que a média ficou em 95,8%, evidenciando que o Estado alcançou um nível próximo da média nacional.

INDICADOR 2B: Percentual da população de 16 anos com menos o ensino fundamental que frequenta ou já tinha concluído o ensino fundamental (taxa de escolarização)

ANÁLISE: Quanto à conclusão na idade recomendada, em 2024, de um total de 9.393 pessoas de 16 anos, 7.963 concluíram o ensino fundamental, resultando no percentual de 84,8%. Embora esteja abaixo da meta de 100%, diante da situação singular do estado, alcançou um percentual próximo da média nacional, que foi de 85,9%.

III - META 3: **Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**

INDICADOR 3A: **Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica**

ANÁLISE: Embora a meta de 100% não tenha sido atingida, em 2024, de um total de 30.337 indivíduos na faixa etária considerada, 28.333 frequentavam a escola ou já haviam concluído a educação básica, o que representa um percentual de 93,4%. A meta avançou sobremaneira em relação ao ano anterior (89,8%), sendo possível observar que, com os investimentos locais e nacionais voltados a esse público-alvo e, ainda, com a superação de algumas dificuldades impostas pelo processo migratório em Roraima e pela pandemia, houve um aumento significativo no percentual, aproximando-se da média nacional (94,7%).

INDICADOR 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa

ANÁLISE: Observa-se que, das 30.337 pessoas na faixa etária analisada, 22.880 frequentavam ou haviam concluído o Ensino Médio, o que corresponde a um percentual de 75,4%. Assim como na meta anterior, verifica-se uma evolução em relação ao ano anterior (71,8%), demonstrando que o Estado vem superando as dificuldades impostas pelo contexto de migração e refúgio, além dos dois anos de pandemia de COVID-19 e outras particularidades inerentes à realidade do extremo norte do país. É importante ressaltar que esse índice está relativamente próximo da média nacional, que é de 78,8%, e também apresentou crescimento em relação a 2023. Esse resultado reforça a relevância das políticas públicas estaduais e federais voltadas à promoção de condições que assegurem a permanência e a conclusão do Ensino Médio na idade adequada, contribuindo para a redução das desigualdades observadas.

IV - META 4 – Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

INDICADOR 4 A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequentava a escola

ANÁLISE: Esta análise é geral e contempla o período entre o primeiro ano de vigência do Plano e a última avaliação realizada em 2024, demonstrando que o percentual de crianças e adolescentes com deficiência frequentando escolas regulares ou creches atingiu cerca de 83,23%, índice acima da média da Região Norte (77,87%). Ao analisar o quartil de renda domiciliar, verifica-se que, quanto maior a renda familiar, maior é o número de matrículas do público-alvo, evidenciando que crianças e adolescentes com deficiência pertencentes à população mais pobre frequentam menos a escola em comparação àqueles de famílias com maior renda. Com o objetivo de atenuar tais desigualdades, o Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, estabeleceu estratégias em parceria com órgãos públicos das áreas de assistência social e saúde para realizar a busca ativa de crianças, adolescentes e jovens com deficiência que ainda não estão matriculados na rede estadual. Também houve ampliação do número de salas multifuncionais, favorecendo a inclusão no ensino regular e o acesso ao atendimento educacional especializado.

INDICADOR 4B: Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação

ANÁLISE: Do total de 6.062 matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência na rede estadual, todos estão inseridos em classes comuns, o que representa 100% dos estudantes. É importante destacar que houve um aumento significativo nas matrículas desse público-alvo em relação aos anos anteriores, demonstrando que os investimentos realizados para garantir a oferta, como a presença de professores auxiliares nas salas de aula que atendem os estudantes, têm gerado resultados positivos.

INDICADOR 4C: Percentual de matrículas da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado (AEE)

ANÁLISE: Em 2024, do total de 2.092 matrículas na educação especial

na rede estadual, 841 receberam atendimento educacional especializado, o que representa 40,2% dos alunos. Para atenuar essa situação e alcançar a meta do Plano, o Governo de Roraima tem investido na capacitação de docentes, na criação e manutenção de salas multifuncionais, bem como no fortalecimento dos centros especializados. Além disso, incentiva pais e responsáveis a efetivarem a matrícula no atendimento educacional especializado, com o objetivo de ampliar o atendimento ao público-alvo da educação especial e garantir o cumprimento da meta estabelecida no Plano (100%).- META 5: Alfabetizar as crianças, até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.

INDICADOR 5A: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa no SAEB.

ANÁLISE: Em 2023, a proficiência média na avaliação Saeb do 2º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa alcançou 725,3 pontos na categoria pública. Considerando que a responsabilidade pelos anos iniciais do Ensino Fundamental é predominantemente das redes municipais, e que a rede estadual atende essa etapa apenas em turmas multisseriadas em comunidades indígenas — onde, em parte das escolas, a Língua Portuguesa não é a primeira língua —, o atingimento dessa meta recai majoritariamente sobre os municípios.

INDICADOR 5B: Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental em matemática no SAEB

ANÁLISE: Em relação à proficiência em Matemática nesta etapa em 2023, a pontuação em escolas públicas foi de 737,1. A distribuição percentual dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental por nível de proficiência da escala figurou conforme o quadro abaixo:

	Abaixo do Nível 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
Roraima	4,90%	9,20%	16,40%	18,40%	19,40%	15,90%	9,40%	4,60%	2,80%
Norte	4,60%	9,20%	16,40%	18,40%	19,40%	15,90%	9,20%	4,60%	2,60%
Brasil	3,50%	5,30%	9,50%	15,80%	18,80%	18,10%	16,90%	8,80%	3,60%

Fonte: Quadro, com base nos dados elaborados pela Dired/Inep com base em dados do Saeb/Inep 2023. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2NlMjY5NjctZTRiZC00Y2E2LTkyMGMtYzlhODM3ODE5NWRiIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9

Embora a responsabilidade da maior parte dos alunos nesta faixa etária seja dos municípios, o Estado apoia os entes municipais.

V - META 6 – Oferecer educação em tempo integral em 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

INDICADOR 6A: Percentual de matrículas em Tempo Integral (ETI) de alunos da rede pública de ensino regular e presencial da educação básica

ANÁLISE - 6A: De acordo com o painel de monitoramento, do total de 74.561 estudantes público-alvo da Educação em Tempo Integral (ETI), em 2024 o Estado atendeu 1.730 pessoas, o que representa 2,3% dos

estudantes. A meta, estabelecida em 25% dos alunos das escolas públicas em jornada de tempo integral, configura um desafio do ponto de vista financeiro e logístico para todos os sistemas de ensino do país, o que justifica o baixo índice de atingimento. É importante considerar que a ampliação da jornada escolar implica adaptações na infraestrutura e na logística de manutenção das unidades de ensino.

Registra-se, ainda, que a situação populacional de Roraima é distinta da verificada em outras regiões brasileiras. Enquanto a taxa de natalidade em diversos estados tem diminuído, em Roraima ela aumentou, o que faz com que, diferentemente de outras unidades da federação, não haja salas ociosas. Essa realidade dificulta a implementação da ETI, uma vez que o modelo demanda o atendimento de um número reduzido de estudantes em carga horária ampliada. Soma-se a isso a baixa densidade demográfica e as grandes distâncias geográficas, que impõem desafios adicionais, especialmente no que se refere ao transporte escolar e à oferta de alimentação em localidades de difícil acesso.

Outro aspecto relevante refere-se às especificidades culturais da população indígena do estado, cujas práticas educativas são fortemente enraizadas. A educação indígena tradicional é transmitida no ambiente familiar, principalmente pelos anciãos, coexistindo com a educação escolar indígena. Essa particularidade exige respeito às decisões das comunidades, tendo em vista que nem todas optam pela adoção da educação em tempo integral em todas as etapas do ensino. No ensino médio, o principal desafio consiste em garantir a permanência dos estudantes nesse modelo, considerando que muitos trabalham em casa ou fora para auxiliar suas famílias no turno oposto ao das aulas regulares.

INDICADOR 6B: Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos nas etapas de ensino regular, presencial, matriculados em jornada de tempo integral

ANÁLISE - 6B: Do total de 369 unidades de ensino da rede estadual, 11 são escolas em tempo integral (ETI), o que corresponde a 3,0% do total com oferta desse modelo. Observa-se que houve uma ampliação de 5 para 11 escolas, o que evidencia que, apesar dos desafios enfrentados, a educação em tempo integral tem avançado na rede estadual. Não obstante, de forma semelhante ao indicador anterior, reforça-se a expectativa de que as políticas públicas do governo federal continuem a auxiliar o Estado na ampliação do número de escolas em tempo integral, de modo que esse modelo de ensino contribua para a melhoria da qualidade da educação e para a permanência dos estudantes na escola, respeitadas as especificidades locais.

VI - META 7 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, para atingir as médias nacionais do IDEB, nos termos do Anexo II, dessa Lei.

INDICADOR 7A: IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental.

ANÁLISE: Primeiramente, cabe esclarecer que o IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental na Região Norte é de 4,5, sendo esta meta de responsabilidade dos municípios, embora o Estado atenda estudantes indígenas nessa faixa etária. Ressalta-se que os dados do IDEB não são registrados anualmente, mas a cada dois anos. Assim, em 2024 são analisados os percentuais referentes à avaliação de 2023, cuja distribuição de proficiência ocorreu da seguinte forma:

Nível de proficiência – 5º ano – Língua Portuguesa	**% de alunos**
Menor que 125	4,1%
Entre 125 e 150	9,4%
Entre 150 e 175	11,6%
Entre 175 e 200	14,7%
Entre 200 e 225	17,3%
Entre 225 e 250	16,7%
Entre 275 e 300	7,9
Maior ou igual a 325	1,5%
Total	**100%**

Fonte: Elaborado pela DIRED/INEP com base em dados do SAEB/INEP.

Nível de proficiência – 5º ano – Língua Matemática	**% de alunos**
Menor que 125	2,2%
Entre 125 e 150	6,4%
Entre 150 e 175	10,4%
Entre 175 e 200	15,0%
Entre 200 e 225	17,2%
Entre 225 e 250	16,3%
Entre 250 e 275	9,8%
Entre 275 e 300	5,5%
Entre 300 e 325	2,3%
Maior ou igual a 350	1,0%
Total	**100%**

Fonte: Elaborado pela DIRED/INEP com base em dados do SAEB/INEP

Intervalo de Proficiência (Escala) – Língua Portuguesa	Porcentual de Alunos (%)
Entre 125 e 150	2,5%
Entre 150 e 175	11,0%
Entre 175 e 200	18,0%
Entre 200 e 225	17,6%
Entre 225 e 250	16,2%
Entre 250 e 275	14,3%
Entre 275 e 300	10,2%
Entre 300 e 325	6,4%
Entre 325 e 350	2,9%
Entre 350 e 375	0,9%
Maior ou igual a 375	0,0%
TOTAL	**100,0%**

INDICADOR 7B: IDEB dos anos finais do ensino fundamental

ANÁLISE 7B: Considerando que esta meta tem como base o SAEB de 2023, verifica-se que a meta nacional, fixada em 5,5, ainda não foi alcançada. Assim, a distribuição percentual dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental por nível de proficiência, nas áreas de Língua Portuguesa (Quadro 1) e Matemática (Quadro 2), ocorreu da seguinte forma:

Quadro 1 – Língua Portuguesa

Intervalo de Proficiência (Escala) – Língua Portuguesa	Porcentual de Alunos (%)
Entre 125 e 150	2,5%
Entre 150 e 175	11,0%
Entre 175 e 200	18,0%
Entre 200 e 225	17,6%
Entre 225 e 250	16,2%
Entre 250 e 275	14,3%
Entre 275 e 300	10,2%
Entre 300 e 325	6,4%
Entre 325 e 350	2,9%
Entre 350 e 375	0,9%
Maior ou igual a 375	0,0

TOTAL	**100,0%**

Fonte: Conforme Gráficos elaborados pela DIRED/INEP com base em dados do SAEB

Quadro 2: Matemática

Intervalo de Proficiência (Escala) - Matemática	**Porcentual de Alunos (%)**
Menor que 125	0,7%
Entre 125 e 150	3,2%
Entre 150 e 175	7,9%
Entre 175 e 200	14,5%
Entre 200 e 225	**22,0%**
Entre 225 e 250	19,2%
Entre 250 e 275	15,3%
Entre 275 e 300	9,1%
Entre 300 e 325	4,9%
Entre 325 e 350	2,1%
Entre 350 e 375	0,8%
Entre 375 e 400	0,2%
Maior ou igual a 400	0,1%
TOTAL	**100,0%**

Fonte: Conforme Gráficos elaborados pela DIRED/INEP com base em dados do SAEB

Considerando que a meta nacional do IDEB/SAEB para os anos finais do ensino fundamental em 2023 era de 5,5, enquanto a média dos entes federados ficou em 4,9, observa-se, pelas tabelas de desempenho, que o percentual de estudantes com nível de aprendizado adequado permanece abaixo do valor estabelecido. É fundamental registrar que o contexto de 2023, pós-pandemia, impôs desafios excepcionais para Roraima e para o Brasil, resultando em distorções significativas no aprendizado e acentuando desigualdades sociais, especialmente nas regiões e grupos mais vulneráveis.

INDICADOR 7C: IDEB do ensino médio

ANÁLISE 7C: Considerando que esta meta tem como base o SAEB de 2023, verifica-se que a meta nacional, fixada em 5,5, não foi alcançada. Assim, a distribuição percentual dos alunos da 3ª série do Ensino Médio por nível de proficiência, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, ocorreu da seguinte forma:

Distribuição percentual de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática (3ª Série do Ensino Médio – Saeb 2023):

Nível de Proficiência (Escala) – Língua Portuguesa	**% de alunos**
Entre 125 e 150	0,3%
Entre 150 e 175	5,4%
Entre 175 e 200	11,9%
Entre 200 e 225	14,6%
Entre 225 e 250	17,2%
Entre 250 e 275	17,2%
Entre 275 e 300	14,9%
Entre 300 e 325	10,2%
Entre 325 e 350	5,6%
Entre 350 e 375	2,2%
Entre 375 e 400	0,6%
Maior ou igual a 400	0,0%
Total	**100,00%**

Fonte: Conforme Gráficos elaborados pela DIRED/INEP com base em dados do SAEB

Nível de Proficiência (Escala) de Matemática	**% de alunos**
Entre 150 e 175	0,4%
Entre 175 e 200	10,4%
Entre 200 e 225	18,9%
Entre 225 e 250	22,8%
Entre 250 e 275	20,6%
Entre 275 e 300	14,0%
Entre 300 e 325	7,1%
Entre 325 e 350	3,5%
Entre 350 e 375	1,2%
Entre 375 e 400	0,6%
Entre 400 e 425	0,4%
Maior ou igual a 425	0,1%
Total	**100,00%**

Fonte: Conforme Gráficos elaborados pela DIRED/INEP com base em dados do SAEB

Aplica-se ao Indicador 7C a mesma análise realizada para o Indicador 7B, acrescentando-se o reflexo do contexto de refúgio e migração vivenciado por Roraima nos últimos anos. Tal situação impactou significativamente os resultados em Língua Portuguesa e Matemática, uma vez que um elevado número de estudantes venezuelanos precisou ser acolhido nas escolas estaduais, adaptando-se de forma abrupta — especialmente à nova língua —, o que representa um desafio adicional para a melhoria do desempenho desses alunos nas avaliações nacionais. Ainda assim, o Estado não tem medido esforços, promovendo políticas de recuperação das aprendizagens para que os estudantes possam aprimorar seu desempenho nas próximas avaliações.

VII - META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, visando alcançar 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade do País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, além de igualar a escolaridade média entre negros e não negros, conforme declarado à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

INDICADORES 8A: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade

No ano de 2024, o Estado alcançou a meta de 12,0 (doze) anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade antes do último ano de vigência deste Plano.

INDICADOR 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos residente na área rural

O Estado de Roraima alcançou, em 2024, uma escolaridade média de 10,8 anos de estudo entre a população de 18 a 29 anos residente na zona rural. Embora esse resultado ainda esteja abaixo da meta nacional de 12 anos, o indicador sofreu aumento em relação ao ano anterior (10,4) e segue revelando um importante desafio para as políticas públicas. É indispensável, em âmbito local e nacional, ampliar estratégias específicas para garantir o acesso, a permanência e a conclusão escolar para populações rurais, especialmente ribeirinhos, indígenas e grupos situados em áreas de difícil acesso.

INDICADOR 8C: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobre (renda domiciliar per capta)

Neste indicador, em 2024 a escolaridade média, em anos de estudo, da população 25% mais pobres de 18 a 29 anos atingiu 10,9 anos em Roraima, situando-se acima da média nacional, que é de 10,6 e, embora não tenha atingido a meta nacional de 12 (doze) anos, figura acima de todos os indicadores da região norte do país.

ANÁLISE 8D: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos

A razão percentual entre a escolaridade média da população negra e não negra, com idades entre 18 e 29 anos, em Roraima foi de 94,7% em 2024. Embora a meta nacional estabeleça o ideal de 100%, até o momento nenhum estado da Federação atingiu esse patamar. A média da Região Norte foi de 93,9% e a nacional de 91,5%, o que evidencia que a equidade ainda constitui um desafio persistente na realidade educacional brasileira. Para mitigar essa desigualdade, a Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima tem mobilizado esforços contínuos, especialmente por meio da Divisão de Educação de Jovens e Adultos (EJA), priorizando a construção de estratégias que promovam o acesso e a permanência de jovens e adultos em uma educação de qualidade, pautada na equidade.

VIII - META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

INDICADORES 9A – Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

ANÁLISE 9A: De uma população de 443.049 pessoas com 15 anos ou mais, em 2024, 412.522 eram alfabetizadas, o que representa 96,0% do total. Embora a meta de 100% ainda não tenha sido atingida, o Estado apresentou aumento do indicador em relação ao ano anterior (95,8%) e manteve-se acima da média nacional de alfabetização, que foi de 94,7% no mesmo período. Para alcançar a totalidade da meta, a Secretaria de Estado da Educação e Desporto, por meio da Divisão de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem desenvolvido e implementado estratégias voltadas à dinamização e à ampliação do percentual de alfabetização dessa população.

INDICADOR 9 B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade

ANÁLISE 9B: De uma população de 443.049 pessoas com 15 anos ou mais, 36.694 foram consideradas analfabetas funcionais no ano em análise. Esse número representa 8,3% do total, percentual inferior à meta de 8,9% estabelecida no Plano para o fim de sua vigência. No mesmo período, a média nacional também foi de 8,3%, igualando-se ao índice registrado em Roraima.

Importa destacar que a taxa de analfabetismo funcional é mais elevada entre a população do sexo masculino e de menor renda. Assim como nos demais indicadores da Meta 9, o principal desafio consiste em reduzir o analfabetismo funcional por meio da ampliação da oferta de vagas e do fortalecimento de políticas que assegurem a permanência desses estudantes na educação básica, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Cabe ressaltar que o crescimento populacional de Roraima ocorreu de forma atípica em comparação às demais unidades da

federação. Esse rápido e expressivo aumento demográfico impõe desafios adicionais à educação estadual, sobretudo no enfrentamento do analfabetismo funcional entre o público-alvo.

IX- META 10: Oferecer o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional.

INDICADOR 10A: Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos na forma Integrada à Educação Profissional

ANÁLISE 10A: Em 2024, o Estado de Roraima registrou um total de 6.032 estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas redes de ensino. Desse total, 76 matrículas foram realizadas na EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), abrangendo o Ensino Médio. Ressalta-se que, embora o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleça a meta de 25% das matrículas em EJA-EPT, a média nacional é de apenas 5,9%. Isso demonstra que o desafio de ampliar essa modalidade é de âmbito nacional. Ainda assim, Roraima apresentou avanços em relação à situação do ano anterior, reforçando o compromisso do Estado com a qualificação dos jovens e adultos público-alvo da EJA.

X- META 11 – Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta no percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

INDICADORES 11A: Número absoluto de matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPT)

ANÁLISE 11 A: Em 2024, a SEED/RR ofertou um total de 1.126 matrículas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de nível médio, representando um aumento de 411 vagas em relação à última análise. Embora o Estado apresente média inferior aos índices nacionais, observa-se que essa dificuldade no cumprimento da meta é uma realidade em todo o país, de forma que distribuiçãoda oferta está apresentada a seguir:

Dependência Administrativa/Tipo de Oferta	**Matrículas (2024)**
Normal/Magistério	382
Técnico Concomitante	494
Técnico Integrado	142
Técnico Subsequente	108
Total	1.126

ANÁLISE 11B: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio (EPT)

Neste indicador, que considera a expansão das matrículas na EPT de nível médio, nos setores público e privado, o Estado alcançou índice de 100%, superando a meta nacional de 50%.

ANÁLISE 11C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública

dd

Em relação à expansão acumulada, no segmento público, da oferta de matrículas na EPT de nível médio, o indicador permanece em 23,9%, assim como na análise anterior.

IX - META 12: **Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.**

INDICADORES 12A: Razão entre a população que frequenta graduação e a população de 18 a 24 anos (taxa bruta de matrículas na graduação)

ANÁLISE 12A: Considerando que a população de Roraima, na faixa etária de 18 a 24 anos, foi de 77.298 pessoas, 35.095 frequentavam cursos de graduação, o que representa 45,4% desse público. Embora a meta nacional seja de 50%, o Estado apresenta desempenho próximo à média nacional e aumentou o índice em relação à análise anterior (39,8%).

INDICADOR 12B: Percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a graduação (taxa líquida de escolarização na educação superior)

ANÁLISE 12 B: Embora o Estado não tenha atingido esta Meta, que é de 33%, a taxa líquida de jovens de 18 a 24 anos que frequentam ou concluíram a graduação foi de 26,5% em 2024, indicador que sofreu um aumento em relação ao ano anterior (23,4).Esse percentual se encontra próximo da média nacional, que é de 26,5%, e também da meta estabelecida.

INDICADOR 12 C: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação

ANÁLISE 12 C: Considerando a categoria administrativa estadual, assim como na análise anterior, esta meta relativa à participação do segmento público atingiu 100% em 2024, cumprindo o estabelecido no Plano.

X - META 13: **Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do Sistema de Educação Superior para 75%**

(setenta e cinco por cento), destinando-se, no total, o mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) para doutores.

INDICADOR 13A: Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado

ANÁLISE 13A: Considerando a categoria administrativa estadual e pública, em 2024, do total de 220 docentes da educação superior, 192 docentes possuem mestrado ou doutorado, um percentual de 87,3, de forma que Roraima figura com maior percentual da Região Norte, que teve

média de 85,8%.

INDICADOR 13B: Percentual de docentes da educação superior com doutorado

ANÁLISE 13B: De um total de 198 docentes na categoria administrativa pública estadual, dos 220 docentes, 119 são doutores em 2024, um percentual de 54,1%.

XI - META 14: **Elevar até o final de vigência desse PEE o percentual de docentes titulados em cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado de 32,06% para 43,02% e de Doutorado de 12,0% para 21,07%.**

INDICADOR 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano no país

ANÁLISE 14A: A análise desta meta foi realizada em 2023 e, considerando tratar-se de uma meta nacional que engloba todos os entes federativos, bem como a população de Roraima e a concessão de 187 títulos de mestre em 2023 para estudantes matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado), verifica-se que o Estado está avançando para o cumprimento do objetivo. A meta nacional prevê que sejam concedidos 60 mil títulos de mestre por ano até o final da vigência do Plano Nacional de Educação.

INDICADOR 14 B: Títulos de doutorado concedidos por ano no país

ANÁLISE 14B: Assim como na meta 14A, a análise foi realizada com dados de 2023, período em que foram concedidos 14 títulos de doutorado no estado. Esse número evidencia a necessidade de o Estado intensificar investimentos na formação de doutores, buscando parcerias com instituições locais e de outras unidades da federação. O objetivo é ampliar a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, especialmente de doutorado, para que a meta estabelecida seja alcançada até o término da vigência do Plano.

XII - META 15: **Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III, caput, art. 61, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando-se de que todos os (as) professores (as) da Educação Básica possuam formação específica de Nível Superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

INDICADORES 15A: Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam

ANÁLISE 15A: Embora a formação dos docentes da educação infantil seja de competência dos municípios, Roraima alcançou o índice de 67,2% de professores com formação adequada em 2024, permanecendo com igual indicador da análise anterior.

O Estado apoia os municípios oferecendo cursos de graduação em diversas licenciaturas por meio da Universidade Estadual de Roraima (UERR).

Para a formação específica do professor indígena, o Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CEFORR) oferta cursos de magistério específicos, garantindo que esses docentes tenham a formação mínima necessária para atuar em suas comunidades.

INDICADOR 15B: Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento

ANÁLISE 15B: Embora os anos iniciais sejam de competência dos municípios, visando à melhoria da educação estadual, o Estado investe na formação superior de professores, tendo ofertado vagas na UERR para cursos de segunda licenciatura, a fim de que os docentes se adequem às disciplinas que lecionam. Além disso, observa-se nos dados estatísticos que o índice estadual é de 80,4%, próximo da média nacional (77,9%).

INDICADOR 15C: Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam

ANÁLISE 15C: Nos anos finais do Ensino Fundamental, o Estado de Roraima, em 2024, alcançou o percentual de 53,3%, na análise da dependência administrativa estadual. Para atenuar esse desafio, o Estado convocou os candidatos aprovados no concurso público para professores indígenas e não indígenas, bem como fortaleceu as escolas com docentes ingressantes por meio de processo seletivo.

INDICADOR 15 D: Proporção de docência do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

ANÁLISE 15D: No Ensino Médio, na dependência estadual, Roraima, em 2024, atingiu o percentual de 63,3%, ainda abaixo da meta estabelecida

para o término da vigência do Plano, que é de 100%. Considerando as mudanças decorrentes do Novo Ensino Médio, o Estado realizou chamadas de aprovados nos concursos para docentes indígenas e não indígenas, com o objetivo de atender à meta do Plano.

XIII - META 16: **Formar, em nível de Pós-Graduação, 50% (cinquenta por cento) dos (as) professores (as) da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, as demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

INDICADORES 16A: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu

ANÁLISE 16A: Embora o Estado tenha evoluído significativamente em

relação aos anos anteriores, o percentual de professores da rede estadual com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu ainda é de 47,0%. Esse índice corresponde a 2.053 docentes com pós-graduação, de um total de 4.368. O Estado investe na formação continuada de professores, por meio de progressão vertical conforme o grau de escolaridade, o que demonstra a proximidade do indicador em relação à meta estabelecida de 50%.

ANÁLISE 16B: Percentual de professores da educação básica que realizam cursos de formação continuada

Embora a meta estabelecida seja de 100% dos professores da rede participando de cursos de formação continuada, dos 4.368 docentes, 2.202 realizaram formação continuada, um total de 50,4%. O Estado investe na formação continuada de professores, por meio do CEFOR, e, desta forma, é necessário que se tenha atenção à formação continuada, que está prevista no PCCR dos docentes, cuja carga horária total possui horas específicas destinadas à formação continuada

XIV - META 17: **Valorizar os (as) profissionais do Magistério das redes públicas de Educação Básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.**

INDICADOR 17A: Relação percentual entre o rendimento bruto mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com o mesmo nível de escolaridade.

ANÁLISE 17A: No ano de 2024, o Estado figura bem acima da média nacional, com rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica em relação aos demais profissionais com nível de instrução superior completo de 121%, superando a meta nacional de 100%.

XV - META 18: **Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de Planos de Carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior da rede pública de todos os Sistemas de Ensino e, para o Plano de Carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.**

INDICADORES 18A: Percentual de unidades federativas que possuem por dos profissionais do magistério

ANÁLISE 18A: De acordo com dados do INEP, o Estado de Roraima cumpre esta meta em 100%.

INDICADORES 18 B: Percentual de unidades federativas que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos

ANÁLISE 18B: De acordo com dados do INEP, o Estado de Roraima cumpre esta meta em 100%.

INDICADORES 18C: Percentual de unidades federativas que atendam ao PSNP

ANÁLISE 18C: De acordo com dados do INEP, o Estado de Roraima cumpre esta meta em 100%.

INDICADORES 18 D: Percentual de municípios que possuem pcr dos profissionais da educação não docente

ANÁLISE 18D: De acordo com dados do INEP, o Estado de Roraima cumpre esta meta em 100%.

INDICADORES 18E: Percentual de municípios que possuem plano de carreira e remuneração (PCR) dos profissionais do magistério

ANÁLISE 18E: A meta abrange todos os entes de Roraima, de modo que, embora o Governo do Estado possua o PCCR dos profissionais do magistério, alguns municípios ainda estão em processo de adequação.

INDICADORES 18F: Percentual de municípios que preveem o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de integração com os educandos

ANÁLISE 18F: Esta meta abrange o Governo de Roraima e todos os municípios e, embora o ente estadual cumpra em 100%, observa-se que 93,3% dos municípios cumprem a meta. Contudo, o Estado, por meio do Regime de Colaboração com os municípios, orienta para que a legislação educacional seja cumprida, de modo que todos os entes estaduais se adequem e que 100% da meta seja alcançada.

INDICADORES 18G: Percentual de municípios que atendam ao PSNP

ANÁLISE 18G: A meta de implementação do Plano de Saúde na Escola, que integra ações de saúde e educação para promover o bem-estar dos estudantes e melhorar as condições de aprendizagem nas escolas públicas, atualmente apresenta uma adesão de 26,7%. Essa adesão é formalizada por meio de pactuações feitas a cada dois anos entre os secretários municipais de saúde e educação e os Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de alcançar 100% de adesão dos municípios.

O principal desafio para o atingimento dessa meta está na garantia da adesão e execução efetiva das ações previstas. Embora o processo envolva assinatura de termos de compromisso e ações intersetoriais, muitos municípios ainda não cumpriram totalmente essa etapa, o que compromete a implementação ampla das atividades de promoção, prevenção e cuidado com a saúde escolar.

Outro obstáculo importante é a coordenação mais eficiente entre os entes federativos — municipais, estaduais e federais. A desigualdade regional e a escassez de recursos humanos, financeiros e técnicos também dificultam a ampliação e a continuidade das ações do programa, essenciais para o alcance da universalização e do impacto esperado na saúde dos estudantes.

INDICADORES 18 H: Percentual de municípios que possuem PCR dos profissionais da educação não docente

ANÁLISE 18H: Igualmente a outras metas, o Estado cumpre a meta e orienta, por meio do Regime de colaboração, os municípios, para que todos construam seus Planos de Carreira dos profissionais da educação não docentes, de modo que em âmbito estadual, esta meta é cumprida em 100%.

ESTRATÉGIA 18.1: Número de docentes da educação básica na rede pública, por situação funcional, regime de contratação ou tipo de vínculo

Em 2024, do total de 4.177 professores, 2.768 eram docentes efetivos, o que representa 66,3% do total dos professores em sala de aula. Importante destacar que o Estado realizou chamada de aprovados no concurso para docentes indígenas e não indígenas para atenuar o problema, embora, no mesmo período, o Estado tenha apresentado índice acima da média nacional, que foi de 50,2% dos docentes efetivos em sala de aula.

XVI - META 19: **Percentual diretores de escolas públicas selecionados por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar**

INDICADORES 19A: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para sua consecução.

ANÁLISE 19A: Embora esta meta ainda não tenha sido atingida em sua integralidade, a maioria dos gestores é escolhido de forma democrática, pois, nas escolas indígenas – que representam a maior parte das unidades de ensino –, o processo de escolha do gestor é realizado pela própria comunidade. Além disso, equipara-se à escolha do gestor a eleição do professor responsável e do diretor do Centro Regional, práticas consolidadas e que devem ser respeitadas em razão das especificidades dos povos indígenas.

INDICADORES 19B: percentual de existência de colegiados intraescolares (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil) nas escolas públicas brasileiras

ANÁLISE 19B: Esta meta abrange todos os entes do Estado e considera um total de 2.589 escolas; em 2024, desse total, 692 escolas (26,7%) possuem colegiados intraescolares. Cabe destacar que a organização das escolas indígenas obedece a diretrizes próprias, o que influencia diretamente no atingimento da meta.

INDICADORES 19C: percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nas unidades federativas.

ANÁLISE 19C: Esta meta analisa os anos de 2018 e 2021 é cumprida em 100%.

INDICADORES 19D: Percentual de oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos conselhos estaduais de educação, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, conselhos de alimentação escolar pelas unidades federativas

ANÁLISE 19D: Esta Meta abrange todos os entes de Roraima e, embora o Governo cumpra em sua integralidade, observa-se que até 2021, alguns entes não ofereciam a infraestrutura e capacitação aos membros do Conselho, de forma que no ano, o indicador ficou em 83,3%.

INDICADOR 19 E: Percentual de existência de colegiados extraescolares (Conselho Estadual de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, Conselhos de Alimentação Escolar e Fóruns Permanentes de Educação) nos municípios.

ANÁLISE 19E: Os dados do INEP se referem ao ano de 2021, cuja média de 75% se refere aos entes municipais. O Estado apoia os municípios, por meio do Regime de Colaboração, orientando os municípios quanto à importância da existência de colegiados extraescolares.

INDICADOR 19 F: Percentual De Oferta de infraestrutura e capacitação aos membros dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Conselhos de Alimentação Escolar nos Municípios

ANÁLISE 19F: Embora os municípios ainda não ofereçam estrutura adequada aos colegiados extraescolares, de acordo com a análise realizada em 2021, o percentual de cumprimento foi de 56%. O Estado orienta quanto à importância desses colegiados para o fortalecimento desse segmento, que é fundamental para o desenvolvimento da educação.

XVII - META 20: **Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do produto interno bruto (PIB) do país no 5º (quinto) ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**

INDICADOR 20 A: Gasto público em educação pública em proporção ao PIB

ANÁLISE 20A: Este indicador em gasto público em educação pública em proporção ao PIB, é realizado em âmbito nacional. Cabe pontuar o Estado investe anualmente mais que o percentual estabelecido na Constituição na educação pública estadual, conforme dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.

INDICADORES 20B: Gasto público em educação em proporção ao PIB

ANÁLISE 20B: Assim como o indicador 20 A, a análise é realizada em âmbito nacional, o Estado investe anualmente mais que o percentual estabelecido na Constituição na educação pública estadual.

CONSIDERAÇÕES

O relatório de monitoramento do Plano Estadual de Educação de Roraima para o exercício de 2024, acompanhado das análises preliminares referentes ao exercício de 2025, fundamenta-se no acompanhamento oficial dos indicadores do Plano Nacional de Educação (PNE), por meio do painel de monitoramento do INEP. Importante ressaltar que, enquanto os dados de 2024 estão consolidados, as informações de 2025 possuem caráter preliminar, uma vez que a sistematização definitiva do Censo Escolar e a atualização do Painel de Monitoramento do INEP para este período ainda se encontra em fase de processamento pelo Instituto. Não obstante, os dados disponíveis indicam avanços relevantes em diversas metas estratégicas, apesar dos desafios impostos, especialmente

pelo contexto pós-pandemia e pelo impacto contínuo do fluxo migratório no estado.

Assim, o monitoramento do Plano Estadual de Educação de Roraima evidencia avanços expressivos em diversos indicadores, sobretudo na ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação básica, inclusão escolar, qualificação docente e equidade. Destaca-se a elevação dos índices de universalização na educação infantil e fundamental, bem como a ampliação da escolaridade média da juventude. As projeções preliminares de 2025 corroboram a manutenção dessa trajetória de crescimento, ainda que algumas metas sigam desafiadoras e não tenham sido plenamente atingidas no período.

Cabe ressaltar que o contexto regional, marcado pelo expressivo fluxo migratório e pelas particularidades das comunidades indígenas, impôs e continua impondo desafios adicionais ao alcance das metas do Plano, especialmente no que diz respeito à adoção de jornada escolar em tempo integral, ampliação de vagas na educação profissional e atendimento especializado a estudantes com deficiência. A escassez de recursos financeiros e a necessidade de infraestrutura adequada permanecem como gargalos recorrentes, observados tanto na consolidação de 2024 quanto nos indicadores parciais de 2025.

O relatório evidencia o compromisso do Estado e dos Municípios com o fortalecimento da carreira do magistério, a ampliação dos processos democráticos de gestão escolar, a valorização profissional e a oferta crescente de formação continuada, embora persistam desafios para garantir a totalidade de professores com formação específica e pós-graduação, conforme meta estipulada. Destaca-se, ainda, o esforço contínuo para manter investimentos em educação acima dos percentuais constitucionais mínimos, tendência que se mantém nas análises preliminares do exercício corrente.

Diante desse quadro, recomenda-se a intensificação das ações voltadas à

redução das desigualdades entre áreas urbanas e rurais, o fortalecimento das políticas intersetoriais para inclusão e permanência escolar, bem como a continuidade e ampliação de estratégias colaborativas entre Estado, Municípios e União para enfrentar os desafios agravados pela pandemia e migração. A consolidação das políticas de gestão democrática e a prioridade à ampliação da oferta de ensino em tempo integral e de modalidades inclusivas devem permanecer como diretrizes centrais, tanto no monitoramento das metas consolidadas de 2024 quanto nas estratégias de ajuste para 2025, até o encerramento da vigência do Plano.

REFERÊNCIAS:

Ministério da Educação (MEC). **Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), 2025**. Plataforma Power BI. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWVmODFmZjUtYTRjYy00ZTgzL Tk4YTMtOWU5MTA0ZGJhM2I3IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS 05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 29 de fevereiro de 2026.

Estado de Roraima. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Plano Estadual de Educação de Roraima 2014-2024**. Disponível em: https://share.google/wWy14UaClZRzfxJCB. Acesso em: 29 de fevereiro de 2026.